

A notícia da morte de Getúlio Vargas nos jornais de São Luís.

José FERREIRA JUNIOR. Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Professor adjunto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão.

Introdução

Este trabalho faz um levantamento descritivo de como os jornais de São Luís noticiaram o suicídio do presidente Getúlio Vargas, tendo em vista, fundamentalmente, o tráfego das informações colhidas sobre a reação na cidade e no país em face do acontecimento.

Além de testemunhas, os jornais também eram atores da cena política no Maranhão. Sendo assim, na primeira parte do texto, abordam-se, de modo sucinto, questões sócio-econômicas, políticas e populacionais do Estado do Maranhão, à época. Na segunda parte, analisam-se os jornais, tendo em vista sua linha editorial e política. Na terceira e última parte, discorre-se sobre o noticiário de seis jornais diários: *Jornal do Dia*, *Jornal do Povo*, *Jornal Pequeno*, *O Combate*, *O Imparcial* e *Pacotilha (O Globo)*. Verifica-se o que foi publicado sobre a crise política e o suicídio de Vargas entre os dias 24 de agosto (dia da morte) e 27 de agosto de 1954 (dia seguinte ao enterro em São Borja).

Entende-se por notícia todos os textos de caráter informativos, acrescentando-se os do gênero opinativo: editoriais, comentários e artigos acerca da morte de Getúlio Vargas, publicados nos jornais de São Luís do Maranhão. As informações que chegavam aos jornais eram enviadas pelas agências de notícias. Os jornais dispensavam, de maneira graficamente ostensiva, pouco espaço para o noticiário local, havendo mais ênfase para a opinião.

Fica patente que para a população os jornais eram a fonte “primária” de informações, mesmo já havendo estações de rádio na cidade. Tal afirmação se sustenta no fato de os periódicos, quando de um acontecimento extraordinário, publicarem “edições-extra” com enorme frequência.

Aspectos sócio-econômicos do Maranhão

Tendo por base o censo de 1950, a população do Maranhão, à época, era de 1.583.248 habitantes. São Luís tinha 119.785 residentes. Da população de 1.334.320 pessoas acima de 5 anos, somente 289.908 eram alfabetizadas, ou seja, o índice de analfabetismo beirava 80%

da população. Em São Luís, de 104.085 de habitantes com mais de 5 anos, apenas 62.241 (quase 60%) sabiam ler e escrever.

Entre as regiões do Estado, as mais populosas eram as do Itapecuru com 332.694 indivíduos, Parnaíba (incluindo o baixo, o médio e o alto Parnaíba) com 307.694 habitantes e o Mearim (incluindo o baixo e o alto Mearim) com 304.723 residentes.

Nas regiões do Itapecuru e do Mearim, localizavam-se as cidades mais populosas depois de São Luís. Caxias com 107.347 habitantes e Codó com 59.657 no Itapecuru; Pedreiras com 59.475 residentes e Bacabal com 54.949, no Mearim, formavam, juntamente com a capital do Estado, as cinco cidades mais populosas do Maranhão.

São Luís, conforme classificação do recenseamento, localizava-se na Zona do Litoral Norte que possuía, além dos 119.785 habitantes da capital, 86.705 indivíduos espalhados pelos municípios de Alcântara, Bequimão, Cururupu e Guimarães, totalizando 206.490 habitantes.

O censo de 1950 constatou também que, no Maranhão, as atividades que aglutinavam maior número de pessoas eram as ligadas à agricultura, à pecuária e à silvicultura. O número de pessoas, em todo o Estado, possuidoras de algum tipo de ocupação era 1.102.726, sendo que, nas atividades acima citadas, havia 363.965 indivíduos.

A seguir, vinha a indústria extrativa, mobilizando 42.076 pessoas.

São Luís era o centro polarizador da economia do Maranhão, além de centro administrativo. Das 90.774 pessoas, acima de 10 anos, que tinham algum tipo de ocupação, 10.475 estavam ligadas ao setor de prestação de serviço, constituindo-se, desse modo, no maior agrupamento.

O cenário político

Com redemocratização do Brasil, em 1946, o Maranhão passa a ter a nova liderança política na figura do pernambucano Vitorino Freire, que veio ao Estado a serviço de interventores, indicados pelo governo federal nos anos de 1930. Mesmo sem ter de início o controle sobre o Partido Social Democrático (PSD) maranhense, sendo este majoritário em nível nacional, o senador Vitorino Freire conseguiu eleger seus candidatos ao governo do Maranhão no intervalo 1946-1965. O udenista José Sarney (um ex-aliado do senador do PSD) elege-se governador, em 1965, momento a partir do qual a liderança política de Vitorino Freire se enfraqueceria até sua morte no final da década de 1970.

Em 1946, foi eleito governador o comerciante Sebastião Archer pelo Partido Proletário Brasileiro. Em 1950, o candidato vitorinista Eugênio Barros é eleito, abrigado na legenda do Partido Social Trabalhista, sob severas denúncias de fraude por parte da oposição. A reunião do PSD, UND (União Democrática Nacional), PR (Partido Republicano), PL (Partido Libertador), PSP (Partido Social Progressista) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) formava o bloco das “oposições coligadas”, que tinham como candidato ao governo do Maranhão, Saturnino Belo, um dissidente do vitorinismo e vice-governador na chapa de Sebastião Archer.

O candidato da oposição morreu antes da posse de Eugênio Barros, quando ainda tramitavam os processos de impugnação do pleito na justiça eleitoral. O Tribunal Regional Eleitoral confirmou a vitória do candidato apoiado por Vitorino Freire. A oposição não se conformou com a decisão e desencadeou um movimento de revolta pelas ruas de São Luís que passou para a história com a “Greve de 51” no período de 28 de fevereiro a 14 de março. Após um período de interinidade, no qual ocuparam o governo do Estado os presidentes do Tribunal de Justiça Trayahú Rodrigues Moreira e Nelson Jansen Pereira, o presidente da Assembléia Legislativa César Aboud, a justiça eleitoral confirmou o resultado da eleição. Houve uma segunda “greve” de 3 a 10 de setembro, que terminou, como a primeira, com a intervenção de tropas federais, mas dessa vez com a posse em definitivo de Eugênio Barros.

Dos nove deputados federais eleitos pelo Maranhão em 1950, cinco eram do PST (Partido Social Trabalhista) e quatro das Oposições Coligadas. Já, na Assembléia Legislativa, a diferença era de quatro deputados a favor do governo: vinte deputados para o PST e dezesseis para a oposição.

Nas eleições presidenciais de 3 de outubro de 1950, o candidato mais votado no Maranhão foi Cristiano Machado do PSD com 70.989 votos. Em segundo, ficou o petebista Getúlio Vargas, que foi eleito, com 64.160 votos. O terceiro colocado foi o udenista Eduardo Gomes com 14.806 sufrágios.

Na eleição do mesmo ano para vice-presidente, à época separada da eleição presidencial, o candidato mais votado no Estado foi o próprio Vitorino Freire com 71.773 votos, deixando em segundo Café Filho do PSP (vice-presidente, eleito na chapa de Vargas) com 52.147 sufrágios.

Jornais de São Luís: vínculos políticos e linha editorial

O Imparcial e Pacotilha (O Globo) – O primeiro era matutino e o segundo vespertino,

pertencentes à cadeia dos Diários Associados. *O Imparcial* circula até hoje, sendo o jornal mais antigo do Maranhão. Em artigo publicado, na década de 1980, Severino Cadorin (1986) identifica o matutino como sendo um jornal sóbrio, defensor da família, dos bons costumes e, até aquele momento, sem filiação explícita com qualquer facção política ou ideológica. No período em foco, neste trabalho, era dirigido por Pires de Sabóia. Sendo jornais de propriedade de Assis Chateaubriand, os mesmos reproduziam a opinião do dono por intermédio de comentários. Segundo José Marques de Melo (2003), o gênero comentário, na altura da década de 1950, era algo raro, porém praticado com intensidade pelo proprietário dos Associados. Na monumental biografia escrita por Fernando Morais, *Chatô* (1994), Chateaubriand aparece como alguém que não seria, em qualquer hipótese, tachado de xenófobo. Seus comentários, por conseguinte, traduziam suas posições favoráveis ao capital transnacional.

Jornal do Dia – Dirigido por Raimundo Bacelar, defendia e divulgava o governo do Estado e o PSD maranhense que, por sua vez, encontravam-se sob as ordens do senador Vitorino Freire.

Jornal do Povo – Era o veículo das Oposições Coligadas. Tendo à frente o jornalista e deputado do PSP Neiva Moreira, circulou até o golpe de estado de 1964.

O Combate – Dirigido pelo político Lino Machado, vinculado ao PR, fazia oposição sistemática ao governo estadual e, conseqüentemente, ao senador Vitorino Freire.

Jornal Pequeno – Pertencente ao jornalista José Ribamar Bogéa, fazia oposição ao governo estadual, mas não tinha vínculo partidário explícito com qualquer agremiação política. Observando-se os anúncios, o preço do exemplar, a estruturação gráfica, o notório destaque aos assuntos esportivos e policiais, nota-se que o *Jornal Pequeno* diferia dos demais no sentido de alcançar uma maior proximidade com as classes populares urbanas.

Posicionamento político diante da crise política

A opinião expressada pelos jornais da capital do Maranhão tinha duas formas de manifestação: o editorial e os artigos escritos pelos proprietários ou colaboradores.

No caso do editorial, configurava-se no que se denominava, naquele momento, “artigo de fundo”, quase sempre colocado na primeira página do jornal. Os artigos espalhavam-se pelas páginas havendo certa preferência (mas somente isso) pela página que, na paginação, apresentava-se como a contracapa da primeira página.

Eis algumas manifestações dos jornais:

O Imparcial – Entre os dias 24 e 27 de agosto de 1954, encontrou-se um único registro opinativo: um artigo de Assis Chateaubriand no qual tece elogios à conduta do vice-presidente Café Filho, então já empossado presidente da República.

Jornal do Dia – Não se manifestou sobre a crise política ou sobre o governo Vargas. Preferiu atacar, em seus editoriais, os adversários na política maranhense: os dirigentes do PSP maranhense Neiva Moreira e Clodomir Milet. Em editorial no dia 25 de agosto, o jornal afirma que os adversários queriam se apoderar das bandeiras políticas do ex-presidente. Para o *Jornal do Dia*, a oposição “buscava iludir, como sempre, a consciência do povo, que já não acreditava em nenhum dos fantasmas da triste comédia de 51”.

Jornal do Povo – Toma, inicialmente, a linha do ataque ao governo Vargas. Na edição de 24 de agosto, a mesma que noticia a morte do presidente, o jornal expressa em editorial sua posição: “Resta, pois, que S. Ex^a restitua, pelo menos, o País à tranqüilidade e ao sossego públicos, renunciando o posto”. Fica patente que o texto foi escrito sem que o editorialista soubesse do desfecho dos acontecimentos no Palácio do Catete. Já em um artigo, publicado no dia 26 de agosto, Neiva Moreira aponta, com comedimento, falhas na administração do governo Vargas: “O erro de Getúlio foi não ter, em tempo, firmado uma orientação para o seu governo, nos moldes que trouxemos, em 50, à praça pública, deixando aos outros o ônus da recusa”. O mesmo Neiva Moreira, em artigo no dia 27 de agosto, responde à provocação dos adversários regionais: “A qualquer pessoa normal, só poderia parecer pueril que fôssemos nós, Milet e eu, tocar foguetes pelo suicídio de um homem que, apesar de Vitorino e Eugênio, sempre foi atento às nossas reivindicações”.

O Combate – A posição do jornal mudou conforme o desenrolar dos acontecimentos. No editorial da edição do dia 24 de agosto, ataca o presidente: “A presença de Vargas tornou-se insuportável. E os que o acompanham têm também de dar lugar à coisa melhor”. Essa posição, formulada antes do suicídio de Vargas, seria amenizada no editorial do dia 26: “No

balanço de tudo que há feito o homem que dominou o País, com mais veemência, nesse quarto de século, somos dos que achamos um acentuado saldo a seu favor”.

Jornal Pequeno – Posicionamento político semelhante ao adotado por *O Combate* e pelo *Jornal do Povo*. Na edição de 24 de agosto, informou sobre a morte do presidente. Há um editorial, nessa edição, no qual os termos são duros contra o presidente envolvido pela crise política desde o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, na madrugada de 5 de agosto de 1954, no Rio de Janeiro, que vitimou o major da Aeronáutica Rubens Vaz: “Curtido no regime de mandonismo em que se aperfeiçoou como déspota, o Sr. Getúlio Vargas perdeu o senso de responsabilidade, permitindo que sobre a nação caísse uma prega de salafários cujo corpo putrefato se formava dentro do próprio Catete”. Em 27 de agosto, um outro editorial invertia a opinião em um giro de 180°: “...queremos, neste ensejo, prestar à memória do grande morto o preto imperecível de nossa homenagem sincera”.

O noticiário nacional nos jornais de São Luís

No começo da manhã de 24 de agosto de 1954, o presidente Getúlio Vargas se suicidou. Os jornais de São Luís circulavam, informando acontecimentos anteriores a esse desfecho. A manchete do jornal *O Imparcial* era a seguinte: *Insistem os brigadeiros pela renuncia do presidente*.

Tendo o fato ocorrido nas primeiras horas da manhã, houve tempo para a elaboração de uma e até duas edições-extra. Sobre o aumento da tiragem, devido à importância da notícia, encontra-se uma nota na primeira da edição do dia 25 de agosto do *Jornal do Dia*: “Às 14 horas de ontem circulara nossa edição vespertina, cujos exemplares foram disputados em todos os recantos da cidade. A tiragem elevou-se a milhares”. O *Jornal Pequeno*, o *Jornal do Povo* e *O Combate* fizeram também mais de uma edição no dia 24 de agosto.

As notícias sobre os acontecimentos no Rio de Janeiro e em outras capitais chegavam aos jornais de São Luís por intermédio dos telegramas das agências de notícia. Em termos de espaço, sem que seja preciso dados quantitativos, o noticiário sobre ocorrências fora da cidade foi extraordinariamente maior.

Dois fatos se destacavam nessas notícias nacionais: a posse do vice-presidente Café Filho e os distúrbios e as revoltas populares registradas em várias cidades do país.

As notícias locais

O noticiário local teve três eixos: as informações sobre os poderes públicos, a movimentação de entidades de classe e a comoção popular.

O jornal *O Combate*, na segunda edição (extraordinária) de 24 de agosto, publicou uma nota da Associação Comercial, pedindo a paralisação do comércio e da indústria naquele dia. Em sua segunda edição (extraordinária) no dia 24 de agosto, o *Jornal do Povo* informou que a Assembléia Legislativa havia decretado luto oficial por três dias. A decretação de luto oficial pelo governo estadual foi divulgada pela *Pacotilha*.

Na edição do dia 27 de agosto, *O Imparcial* registrava a repercussão na Assembléia Legislativa: “O único deputado a se manifestar sobre o assunto foi o Sr. Neiva Moreira que, após enaltecer a personalidade do presidente extinto, acrescentou que fora o mesmo um grande estadista que relevantes serviços prestou ao Brasil e cujas realizações o colocam entre as grandes figuras da nossa República”.

Segundo os jornais da capital maranhense, a morte do presidente Getúlio Vargas não motivou agitações revoltosas na cidade. Sobre a calma em São Luís, os jornais foram unânimes. O *Jornal do Povo* se referiu assim aos acontecimentos: “A morte de Getúlio Vargas emocionou a cidade, sobretudo nossos bairros proletários. Muitas pessoas chorosas, outras tiveram palavras de carinho para o presidente morto. Muitas mensagens de condolências estão sendo enviadas à família Vargas”.

Alguns transtornos no cotidiano da cidade foram registrados pelos jornais. No jornal *Pacotilha*, na edição de 24 de agosto, foi publicada a informação de que a Federação Maranhense de Desportos havia cancelado uma partida entre o Moto Clube e o Sampaio Corrêa. A mesma informação seria divulgada pelo *Jornal do Dia* e *O Imparcial* na edição de 25 de agosto. Os jornais informaram ainda que a Igreja Católica cancelara a procissão pelo dia de São Luís de França e a Décima Região Militar havia cancelado os festejos pelo dia do soldado (25 de agosto).

Considerações Finais

O episódio da morte do presidente Getúlio Vargas teve registro na imprensa da capital do Maranhão sem alterar a rotina de produção dos jornais. A ênfase, no plano do noticiário, foi a produção enviada por telegramas das agências de notícia, aos quais informavam sobre acontecimentos de outros estados da federação.

As notícias locais foram escassas e foram privilegiados os textos opinativos que traduzem as preocupações partidárias dos jornais, cuja mudança de comportamento editorial é flagrante, examinando os editoriais e os artigos anteriores e posteriores à morte de Vargas. Além disso, havia uma notória vontade de trazer para o plano local um debate sobre um acontecimento histórico e político nacional.

A partidarização dos jornais é uma marca na imprensa maranhense desde o século XIX, segundo vários estudos empíricos e acadêmicos, tendo sido o episódio focado neste trabalho apenas mais um capítulo desta longa história na qual se misturam mandonismo político, imprensa e poder público.

Referências

- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos*. Brasília, 1964, v. 2.
- CADORIN, Severino. O Imparcial – perfil do jornal mais antigo de São Luís. *Revista Cambiassu*, São Luís, 1986, n. 4, jul./dez.
- IBGE. *Recenseamento de 1950*, Rio de Janeiro, 1952.
- JORNAL DO DIA. 24, 25, 26 e 27 ago. 1954.
- JORNAL DO POVO. 24, 25, 26 e 27 ago. 1954.
- JORNAL PEQUENO. 24, 25, 26 e 27 ago. 1954.
- MARQUES DE MELO, José. *Jornalismo Opinativo*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. São Luís: FUNC/SIOGE, 1980.
- MORAIS, Fernando. *Chatô*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- O COMBATE. 24, 25, 26 e 27 ago. 1954.
- O IMPARCIAL. 24, 25, 26 e 27 ago. 1954.
- PACOTILHA. 24, 25, 26 e 27 ago. 1954.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.